



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0016963-83.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Outras Medidas Provisórias - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos**
 Requerente: **Luciana de Fátima Bertuzzi**
 Requerido: **Estado de São Paulo e outro**

Justiça Gratuita

CONCLUSÃO

Em 14 de março de 2014, faço conclusos estes autos a MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, Dra. **GABRIELA MÜLLER CARIوبا ATTANASIO**. Eu, Marta Regina Pereira, Assistente Judiciário, digitei.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Ordinária, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, proposta por **LUCIANA DE FÁTIMA BERTUZZI** contra o Estado de São Paulo e Município de São Carlos, aduzindo em síntese, que é portadora de fibromialgia, razão pela qual lhe foi prescrito o uso dos medicamentos Pregabalina 150mg, Sucrefilm, Agiolax, Fine Ceto Shampoo (Dermafine), Ciclopírox 1%, Clobetazol 0,05% + Cetaconazol 2% + Ácido Salicílico 1% + loção capilar 80ml, sendo certo que não conseguiu obter os medicamento junto as unidade de atendimento da rede pública de saúde e não possui condições financeiras de arcar com o seu tratamento.

O Ministério Público manifestou-se às fls. 22-vº, concordando com a antecipação da tutela, que foi deferida às fls. 23//23-vº.

Contestação do Município de São Carlos a fls. 36/46, alegando que não é responsável por medicamentos de alto custo e/ou dispensação excepcional. Sustenta que a saúde não está prevista como um direito individual da pessoa, mas sim um direito social, de efetivação programática e requereu a improcedência do pedido.

A Fazenda Pública do Estado de São Paulo apresentou contestação a fls. 51/63, alegando, preliminarmente, que o pedido da exordial é genérico e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

incerto. No mérito, aduz que o fármaco pretendido não é padronizado para dispensação aos pacientes do Sistema Único de Saúde e que o SUS fornece medicação substitutiva de igual ação terapêutica. Requereu a improcedência do pedido ou que a medicação seja fornecida segundo seu princípio ativo.

Réplica a fls. 66/74.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

Afasto, inicialmente, a preliminar de pedido incerto e genérico, pois a autora descreveu a moléstias que a acomete e requereu provimento jurisdicional que lhe garanta a manutenção de sua saúde, buscando-se o fornecimento dos medicamentos necessários ao tratamento de suas doenças e não a concessão de um determinado medicamento.

No mais, o pedido comporta acolhimento, pois se configura a saúde direito líquido e certo de todos, e o Estado, em todas as suas esferas de governo e solidariamente, tem o dever de assegurá-la, sob pena de tornar letra morta os artigos 6º e 196, ambos da Constituição Federal.

Cabe aos Estados e Municípios ter em seu orçamento verbas destinadas ao gasto com medicamentos e acessórios necessários à saúde, para a população, cujos preços extrapolam as possibilidades econômicas dos desprovidos de rendimentos suficientes, como é o caso da autora, pelo que se observa da declaração de necessidade de fls. 27.

A questão relativa à responsabilidade solidária e ao repasse de verbas deve ser resolvida no âmbito administrativo entre o Município, o Estado e a União, que integram o Sistema Único de Saúde. A cooperação financeira entre essas entidades e a falta de recursos não pode servir de escusa para o não fornecimento de medicamento e acessórios necessários à saúde, sob pena de acarretar à população grave dano à sua saúde.

Até porque a presente questão não está ligada à viabilidade econômica do Poder Público em atender os necessitados, mas sim à necessidade de resguardar um direito do cidadão.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e a dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito – como o direito à saúde – se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

No caso dos autos, a autora foi diagnosticada com Fibromialgia, razão pela qual lhe foram prescritos os medicamentos Pregabalina 150mg, Sucrafilm, Agiolax, Fine Ceto Shampoo (Dermafine), Ciclopirox 1%, Clobetazol 0,05% + Cetaconazol 2% + Ácido Salicílico 1% + loção capilar 80ml.

Trata-se, como se vê, de medicamentos que o próprio médico da rede pública de saúde, conhecedor das peculiaridades da autora, entendeu necessários para o tratamento de sua moléstia (fls. 17/19).

Os réus, por outro lado, embora aleguem que há alternativas terapêuticas, sequer mencionaram de modo específico quais seriam elas e a sua real eficiência para o caso.

Por outro lado, não cabe ao Estado estabelecer qual medicamento apropriado para tratamento necessário, mas sim ao profissional da saúde que acompanha a paciente.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

mérito, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil e PROCEDENTE o pedido, ficando mantida a tutela antecipada.

Diante da sucumbência, condeno os requeridos ao pagamento das custas processuais, na forma da lei, e o Município de São Carlos ao pagamento de honorários advocatícios que fixo, por equidade, em vista da repetitividade da matéria e pouca complexidade, em R\$ 100,00 (cem reais), pelo fato de que a ação inicialmente foi necessária, já que houve resistência em se fornecer o medicamento pretendido.

Além disso, não há como falar em confusão entre entes estatais diversos.

Neste sentido: “O Município deve fornecer medicamento, ainda que não padronizado, necessário ao tratamento de munícipe carente. Devida a condenação em honorários advocatícios mesmo que representada a apelante por doutor Defensor Público” (Apelação Cível nº 784.763-5/8-00, relator Desembargador Barreto Fonseca – in APELAÇÃO Nº 0010528-69.2008.8.26.0566 – Desembargador Relator FERMINO MAGNANI FILHO).

Não há condenação em honorários com relação ao Estado de São Paulo, pelo fato de o autor ser assistido pela Defensoria Pública, já tendo o Superior Tribunal de Justiça se firmado no sentido de que a Defensoria Pública é órgão do Estado, não percebendo honorários de sucumbência, quando patrocina a parte vencedora em condenação da Fazenda Pública, entendimento este consolidado na Súmula 421: “Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença”.

P. R. I. C.

São Carlos, 14 de março de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290